

ATA DA 1ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, DO DIA 11 DE JANEIRO DE 2023, REALIZADA EM FORMATO HÍBRIDO.

Aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte três, às 10h, em formato híbrido, reuniu-se extraordinariamente o Colégio de Procuradores de Justiça, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça **Cleandro Alves de Moura**. Presentes os Procuradores de Justiça **Antônio de Pádua Ferreira Linhares, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Antônio Ivan e Silva, Rosângela de Fátima Loureiro Mendes, Catarina Gadêlha Malta de Moura Rufino, Lenir Gomes dos Santos Galvão, Hosaias Matos de Oliveira, Fernando Melo Ferro Gomes, Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, Aristides Silva Pinheiro, Luis Francisco Ribeiro, Zélia Saraiva Lima, Hugo de Sousa Cardoso e Antônio de Moura Júnior**. Ausentes, justificadamente, os Procuradores de Justiça **Teresinha de Jesus Marques, Martha Celina de Oliveira Nunes e Clotildes Costa Carvalho**. O Presidente cumprimentou a todos. Em seguida, verificada a existência de quórum regimental, declarou aberta a sessão. Na sequência, o Presidente chamou o item a ser apreciado nesta sessão - **Apreciação do Projeto de Lei que trata do reajuste dos subsídios dos membros do Ministério Público do Estado do Piauí**. O Presidente apresentou o projeto de lei e, em seguida, fez os esclarecimentos. Após, submeteu a matéria à votação, seguindo a ordem de antiguidade, a qual foi aprovada à unanimidade pelo Colégio de Procuradores. **Assuntos institucionais** – O Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes comunicou que colocará seu nome à disposição para concorrer ao cargo de Corregedor-Geral do MPPI. Ainda com a palavra, o Dr. Fernando Ferro propôs moção de congratulações ao novo Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, Desembargador Hilo de Almeida Sousa, bem como à nova diretoria, desejando pleno êxito nessa missão que será irmanada com os mesmos propósitos do MPPI. A moção foi

submetida à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e subscrita pelo Colegiado. O Procurador-Geral, Cleandro Alves de Moura, propôs moção de pesar pelo falecimento do Cel. Lindomar Castilho, ex-comandante-geral da Polícia Militar do Estado do Piauí, que prestou relevantes serviços à segurança pública do Estado e realizou um trabalho grandioso na PMPI. A moção foi submetida à votação, tendo sido subscrita pelo Procurador de Justiça Antônio Ivan e Silva e aprovada por unanimidade pelo Colegiado. A Procuradora de Justiça Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando propôs moção de louvor ao Desembargador Oton Mário Lustosa, o qual recentemente requereu sua aposentadoria voluntária, reconhecendo sua forma de trabalho séria, zelosa e competente, exercendo com muita eficiência o seu mister. A moção foi submetida à votação, tendo sido aprovada por unanimidade pelo Colegiado e subscrita pelos Procuradores de Justiça Fernando Ferro, Luís Francisco, Antônio Linhares e Ivaneide Assunção. O Procurador de Justiça Hosaias Matos de Oliveira se manifestou dizendo que é favorável à manifestação livre de pensamento, mas é extremamente contra a depredação do patrimônio público, e como fiscais da lei jamais apoiarão esse tipo de manifestação. Assim, registra que este Colegiado ratifica a nota pública apresentada pelo Procurador-Geral, que manifesta repúdio às invasões ocorridas nas sedes dos três Poderes da República, em Brasília. Os Procuradores de Justiça Aristides Silva Pinheiro, Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Antônio Ivan e Silva, Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, Lenir Gomes dos Santos Galvão, Catarina Gadêlha Malta de Moura Rufino, Antônio de Pádua Ferreira Linhares, Zélia Saraiva Lima e Luís Francisco Ribeiro se manifestaram no sentido de apoiarem a candidatura do Dr. Fernando Melo Ferro Gomes ao cargo de Corregedor-Geral do MPPI. O Procurador-Geral disse que certamente o Dr. Fernando realizará um excelente trabalho à frente da Corregedoria, e que o mesmo pode contar com a parceria da Procuradoria-Geral de Justiça. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente sessão, e para constar, eu, Zélia Saraiva Lima, Procuradora de Justiça e Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pelos presentes. Teresina, 11 de janeiro de dois mil e vinte três.